



**PREFEITURA DO
MUNICÍPIO DE BORACEIA**
CNPJ: 46.189.734/0001-61



EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 2/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 234/2024

INEXIGIBILIDADE Nº 6/2024

O **MUNICÍPIO DE BORACEIA**, torna público o Edital de Chamamento Público nº 2/2024, tendo por finalidade o credenciamento de restaurantes e lanchonetes, para o fornecimento de lanches diversos e refeições do tipo *seff-service* e marmita (pequena, média e grande), todos acompanhados com refrigerante em lata 350ml, para celebração de contrato administrativo por período de 12 (doze) meses, observando-se as regras e condições estabelecidas neste edital e seus anexos:

1. DO OBJETO

1.1. Trata-se chamamento público de CREDENCIAMENTO de restaurantes e lanchonetes, para o fornecimento de lanches diversos e refeições do tipo *seff-service* e marmita (pequena, média e grande), todos acompanhados com refrigerante em lata 350ml, visando atender todos os setores e repartições do Município de Boraceia, conforme descrição contida no Termo de Referência, relacionado no Anexo I, deste Edital.

1.2. O Credenciamento poderá ser feito a qualquer tempo, ficando os interessados cientes das condições previstas neste Edital, sendo os prazos fixados para início dos credenciamentos, meramente formal e operacional, de modo que seja possível organizar e iniciar os serviços.

1.3. O Município de Boraceia promoverá a rotatividade por demanda dos serviços nas duas categorias, de acordo com o número de empresas credenciadas, disponibilizando no seu sítio eletrônico no endereço www.boraceia.sp.gov.br a tabela indicativa, conforme Anexo II, deste Edital, sendo que a classificação inicial dos credenciados para início do fornecimento será feita por meio de “sorteio”, e os novos credenciados aderentes serão incluídos ao final da lista.

1.4. Compõem este Edital os anexos:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II – Tabela de Rotatividade/Revezamento do Fornecimento;

Anexo III – Modelo de Carta Proposta;

Anexo IV – Modelo de Declarações;

Anexo V – Minuta de Contrato;

Anexo VI – Termo de Ciência e Notificação.

2. DA VINCULAÇÃO LEGAL

2.1. O presente Edital de Chamamento Público vincula-se ao disposto na **Seção II do Capítulo X, c/c Seções I e II do Capítulo VIII, da Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021**, e do Decreto Municipal nº 12, de 11 de março de 2024, e do Processo Administrativo nº 234/2024.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO DO CREDENCIAMENTO

3.1. Poderão se credenciar perante o Município de Boraceia pessoas jurídicas do ramo de refeição e alimentação, o fornecimento de gêneros alimentícios classificados de produtos panificados, não sendo obrigado a participação em todos os itens.

3.2. É permitido o credenciamento a qualquer tempo, de qualquer interessado, pessoa jurídica que preencha as condições mínimas deste processo.

3.3. Não poderão participar:



**PREFEITURA DO
MUNICÍPIO DE BORACEIA**
CNPJ: 46.189.734/0001-61



- a) Encontrar-se em situação de falência ou recuperação judicial/extrajudicial, sem o plano de recuperação homologado pela Justiça, concurso de credores, dissolução, liquidação ou empresas estrangeiras que não funcionem no País;
- b) Em dissolução ou em liquidação;
- c) Pessoa jurídica que se encontre impedida de licitar e contratar com o Município de Boraceia/SP nos termos do artigo 156, inciso III e §4º, da Lei Federal nº 14.133/21;
- d) Pessoa jurídica declarada em inidoneidade para licitar ou contratar em qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, direta ou indireta, na forma prevista no artigo 156, inciso IV e §5º, da Lei Federal nº 14.133/21;
- e) Pessoa jurídica declarada de inidônea ou impedida de licitar e contratar com a Administração, de acordo com interpretação conferida pela Súmula nº 51 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;
- f) Pessoa jurídica cujo sócio, diretor, presidente, proprietário ou empresário mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do Município de Boraceia/SP ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do artigo 14, da Lei Federal nº 14.133/2021;
- g) Que estejam reunidas em consórcio;
- h) Que sejam controladoras, controladas, coligadas ou subsidiárias entre si, nos termos da Lei federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976;
- i) Que se enquadrem nas hipóteses previstas nos incisos I, II e III do artigo 14, da Lei nº 14.133/21;
- j) Pessoa jurídica, sócios e/ou diretores proibidos de contratar com o Poder Público nos termos do art. 12 da Lei Federal nº 8.429/1992 – Lei de Improbidade Administrativa;
- k) Pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3.4. O prazo para credenciamento iniciar-se-á a partir da data de publicação deste instrumento no Diário Oficial do Município.

3.5. O presente Edital terá vigência de 12 (doze) meses a partir da data de sua publicação no D.O.M., sem prejuízo deste submeter-se a alterações no curso do credenciamento, inclusive no rol dos produtos, preços e demais termos que vincularão os credenciados mediante cláusula no Edital.

3.5.1. Salvo pedido de descredenciamento, a contratação ao mesmo implicará o aceite de suas eventuais alterações supervenientes.

3.6. Poderão habilitar-se, para credenciamento, pessoas físicas e/ou jurídicas, de acordo com as necessidades listadas neste Edital, e que apresentarem Carta-Proposta que esteja de acordo com os valores especificados neste instrumento.

3.7. As quantidades consideradas no quadro de quantidades e custos visam somente oferecer aos proponentes elementos para avaliação do potencial de fornecimento. Estas quantidades, não constituem sob nenhuma hipótese, garantia de volume de produto a ser requisitado.

4. DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO

4.1. O recebimento da documentação ocorrerá, no seguinte local e horários:

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
Endereço: Praça Eugênio Burjato, nº 93, Centro - CEP: 17.270-010
Horário: de segunda a sexta-feira das 8h às 11h e das 12h às 17h.

OBS: Outros setores NÃO receberão o envelope e NÃO SERÁ permitido deixar na recepção.



**PREFEITURA DO
MUNICÍPIO DE BORACEIA**
CNPJ: 46.189.734/0001-61



4.2. Após a publicação deste Edital, o Agente de Contratação receberá envelope lacrado da PROPOSTA E HABILITAÇÃO, com a seguinte inscrição:

**AO MUNICÍPIO DE BORACEIA
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 2/2024
PROPOSTA E HABILITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO
PROPONENTE:**

OBS: tanto a proposta quanto a documentação deverão estar dentro do mesmo envelope.

4.3. A Proposta e documentos serão analisados no prazo de até 10 (dez) dias pelo Agente de Contratação e equipe de apoio. A empresa será comunicada do resultado da análise, podendo complementar a documentação, se for o caso, ficando assegurado o prazo de 3 (três) dias úteis para interposição de eventual recurso.

4.4. Os interessados no credenciamento para fornecer os produtos deverão apresentar Carta Proposta, devendo esta:

- a) ser digitada e impressa, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ambiguidades;
- b) declarar concordância com as condições estabelecidas neste Edital e nos seus Anexos;
- c) constar os itens e valores pretendidos (iguais aos indicados no Termo de Referência).
- d) indicar o nome do Banco, número da agência e conta corrente para crédito dos pagamentos, cuja titularidade deverá ser da própria CREDENCIADA; e
- e) ser datada e assinada pelo representante legal, conforme disposto no contrato social.

4.4.1. Poderá ser utilizado o Anexo III – Modelo de Proposta

4.4.2. A Carta Proposta terá validade mínima de 120 (cento e vinte) dias.

4.4.3. Cada pessoa jurídica interessada apresentar-se-á com representante devidamente munido de credenciais, o qual será admitido a intervir nas fases do procedimento de habilitação e responderá, assim, para todos os efeitos, por sua representada, devendo ainda, no ato de suas eventuais manifestações, identificar-se exibindo a carteira de identidade ou outro documento equivalente.

4.5. As empresas que tiverem interesse em credenciar-se deverão apresentar os seguintes documentos:

4.5.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e todas as alterações ou Contrato Social Consolidado, no caso de empresa Ltda., ou Estatuto, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores, ou Ato Constitutivo;

4.5.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- b) Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Tributos Federais;
- c) Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Tributos Estaduais;
- d) Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Tributos Municipais;
- e) Certidão de Regularidade de Situação CRF, do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço- FGTS;
- f) Prova de regularidade trabalhista através da apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituído pela Lei nº 12.440, de 07/07/2011;
- g) Licença Sanitária expedida pelo Município de Boraceia em plena validade e regularidade de situação.



**PREFEITURA DO
MUNICÍPIO DE BORACEIA**
CNPJ: 46.189.734/0001-61



4.5.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo Distribuidor da sede do proponente, com prazo de validade em vigor (inexistindo prazo de validade na referida certidão será aceita aquela cuja expedição/emissão não ultrapasse a 90 (noventa) dias da data de abertura dos envelopes de habilitação).
- b) Nas hipóteses em que a certidão de recuperação judicial ou extrajudicial encaminhada for positiva, deve a licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor

4.5.4. DECLARAÇÕES DA LICITANTE, ELABORADAS EM PAPEL TIMBRADO E SUBSCRITAS POR SEU REPRESENTANTE LEGAL, SENDO:

- a) declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no Edital do Pregão Eletrônico em epígrafe e seus anexos, estando ciente de todos os seus termos.
- b) declaração de que inexistente qualquer fato impeditivo à sua participação na licitação citada, que não foi declarada inidônea pela Administração Pública de qualquer esfera, e que se compromete a comunicar a ocorrência de fatos supervenientes.
- c) declaração de que está em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do Artigo 7º da Constituição Federal, e, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.
- d) declaração de que, em caso de eventual contratação com a Municipalidade, está apta a emitir Nota Fiscal Eletrônica (NF-e).
- e) declaração de que não possui em seu quadro de pessoal, na qualidade de sócio, diretor, gerente, administrador ou funcionário, servidores públicos municipais da Prefeitura de Boraceia/SP.
- f) declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- g) declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- h) Declaração para o caso de:
 - i.1) empresas em recuperação judicial: está ciente de que no momento do recebimento da Autorização de Fornecimento deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que a licitante está cumprindo o plano de recuperação judicial;
 - i.2) empresas em recuperação extrajudicial: está ciente de que no momento do recebimento da Autorização de Fornecimento deverá apresentar comprovação documental de que está cumprindo as obrigações do plano de recuperação extrajudicial.

4.5.5. Para efeito de habilitação o Pregoeiro também realizará consulta junto ao Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), mantido pela Controladoria Geral da União (CGU) através do Portal da Transparência e ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNIA), mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), sendo impressa declaração demonstrativa do licitante.

4.5.6. Os documentos poderão ser apresentados em cópias simples, sem autenticação, ficando a empresa ciente de que, havendo dúvidas quanto a autenticidade ou a veracidade das informações, será realizada diligência para conferência dos dados.

4.5.7. A documentação apresentada será objeto de análise pela CREDENCIANTE. Considerar-se-á habilitado apenas o interessado que apresentar os documentos exigidos no prazo de validade neles previstos e, quando não mencionado, os documentos serão considerados válidos por até 120 (cento e vinte) dias, contados da data de sua emissão.



**PREFEITURA DO
MUNICÍPIO DE BORACEIA**
CNPJ: 46.189.734/0001-61



4.5.8. A documentação apresentada de forma incompleta, rasurada ou em desacordo com o estabelecido neste Edital será considerada inepta, podendo o interessado apresentar novo documento livre das causas que ensejaram sua inépcia.

4.5.9. Após a habilitação, a CREDENCIANTE condicionará o credenciamento à possibilidade de realização de inspeção prévia das instalações, equipamentos, condições de atendimento, higiene e capacidade técnico-operativa.

4.5.10. A regularidade e/ou irregularidade na documentação e/ou na vistoria técnica será registrada em ata, emitida por profissional responsável com conhecimento técnico.

4.5.11. A Comissão de Credenciamento, mediante a verificação da conformidade dos documentos apresentados e/ou da vistoria técnica quanto às condições estabelecidas neste Edital, emitirá parecer administrativo que irá compor o processo.

4.5.12. Ao Agente de Contratação, é reservado o direito de solicitar, em qualquer tempo, no curso do processo, quaisquer esclarecimentos sobre os documentos já entregues, fixando-lhe prazo para atendimento.

4.5.13. A CREDENCIANTE poderá, até a assinatura do Contrato, inhabilitar a pessoa jurídica, por despacho fundamentado, se tiver informação abalizada de qualquer fato ou circunstância, anterior ou posterior à fase de habilitação, que desabone a qualificação técnica, a habilitação jurídica ou a regularidade fiscal daquela participante.

5. DO VALOR ESTIMADO E RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. O valor global estimado da contratação é de **R\$ 399.896,67 (trezentos e noventa e nove mil oitocentos e noventa e seis reais e sessenta e sete centavos).**

5.2. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos conforme Declaração de Disponibilidade de Recursos.

6. DOS VALORES E DOS REALINHAMENTOS

6.1. A fim de se assegurar que os valores praticados continuem compatíveis com a realidade do mercado, será realizada atualização anual dos preços pela Administração por meio de nova pesquisa de mercado local, que justificará a manutenção, majoração ou redução dos valores dos produtos pretendidos.

6.2. Os valores anualmente revistos deverão ser publicados em Diário Oficial do Município, ainda que não haja alteração dos parâmetros financeiros.

7. DO CONTRATO E SUA VIGÊNCIA

7.1. O ato formal de credenciamento se dará por meio da assinatura de Contrato, cuja minuta constitui o do presente Edital.

7.2. A CREDENCIANTE reunirá os Contratos assinados e, mensalmente, publicará extrato de Credenciamento no Diário Oficial do Município, contendo os Contratos firmados naquele mês.

7.2.1. A vigência das adesões firmadas pelo credenciado inicia-se com a publicação do extrato de credenciamento de que trata o item 7.2., cujo prazo do término será a data limite da vigência do edital, cabendo prorrogação nos termos da Lei nº 14.133/21.

8. DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

8.1. A empresa credenciada será convocada para, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, assinar o contrato com o Município de Boraceia, de acordo com a minuta contratual relacionada no Anexo V, deste Edital.

8.1.1. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado, a critério da Administração, mediante solicitação e justificativa da empresa credenciada.

8.2. Para o fornecimento, o contrato deverá estar devidamente assinado e publicado, nos termos legais, mediante autorização de fornecimento específico a critério da Administração, conforme constante no presente edital.



**PREFEITURA DO
MUNICÍPIO DE BORACEIA**
CNPJ: 46.189.734/0001-61



8.3. O preparo de todos os itens licitados em estabelecimento localizado no município de Boraceia.

8.3.1. A prefeitura realizará a mais ampla fiscalização, através da vigilância sanitária, no que diz respeito à limpeza, higiene, segurança, fornecendo por sua conta, para seus funcionários, todos os materiais necessários, como luvas, toucas, e demais itens que se fizerem necessários para a execução do objeto ora contratado.

8.4. A contratada deverá realizar a entrega dos lances/refeições nos locais e horários informados na requisição.

8.4.1. Salvo item nº 1 que deverá manter os alimentos em guarnições, no balcão aquecido, bem como ter disponibilidade de espaço para recepcionar a quantidade de pessoas conforme requisição.

8.5. Somente serão aceitos alimentos fornecidos deverão ser produzidos no dia, não podendo ser novamente aquecido.

8.6. As embalagens onde serão acondicionados os produtos a ser entregue deverão cumprir os critérios de higiene.

8.7. A contratada deverá estar atenta aos rodízios/cronograma de entrega e manter atualizado o contato do preposto perante o Município de Boraceia.

9. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

9.1. São obrigações da CREDENCIADA:

9.1.1. Preparar todos os itens licitados em estabelecimento localizado no município de Boraceia.

9.1.2. Efetuar as entregas de acordo com o Anexo I – Termo de Referência.

9.1.3. Comunicar à administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.4. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital;

9.1.5. Não transferir a terceiros (subcontratar), por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas;

9.1.6. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.1.7. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;

9.2. A CREDENCIADA é expressamente proibida de sub credenciar totalmente o fornecimento sob pena de rescisão do instrumento, sem que tenha direito à indenização de qualquer espécie, independentemente de ação, notificação e interpelação judicial ou extrajudicial.

9.3. São obrigações do MUNICÍPIO:

9.3.1. Fiscalizar através da vigilância sanitária, no que diz respeito à limpeza, higiene, segurança, fornecendo por sua conta, para seus funcionários, todos os materiais necessários, como luvas, toucas, e demais itens que se fizerem necessários para a execução do objeto ora contratado

9.3.2. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada, através de servidor especialmente designado;

9.3.3. Efetuar o pagamento no prazo previsto.

10. DO PAGAMENTO

10.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.



**PREFEITURA DO
MUNICÍPIO DE BORACEIA**
CNPJ: 46.189.734/0001-61



10.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos imediatamente, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

10.3. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

10.3.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

10.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do produto nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

10.5. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado ou boleto bancário.

10.6. Quando da emissão das correspondentes notas fiscais ou faturas, deverão observar o disposto no Decreto Municipal 40/2023 referente à Instrução Normativa RFB n.º 1.234/2012 alterada pela Instrução Normativa RFB n.º 2.145/2023.

10.6.1. Pessoas jurídicas imunes, isentas ou optantes pelo SIMPLES NACIONAL/MEI, não estão sujeitas à retenção de imposto de renda. Para isso, deverão comprovar com declaração tal condição.

10.7. Não haverá antecipação de pagamento para a execução do objeto deste ajuste, para efeito do artigo 145, da Lei nº 14.133/2021.

10.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplimento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

11. DO DESCREDENCIAMENTO

11.1. É facultativo ao CREDENCIADO, a qualquer tempo, solicitar unilateralmente seu credenciamento.

11.1.1. O credenciamento previsto no item 11.1 deverá ser precedido de comunicação formal com antecedência mínima de trinta dias.

11.2. A Administração Pública Federal poderá promover o credenciamento unilateral. São hipóteses que podem ensejar o credenciamento:

- a) não cumprimento ou cumprimento irregular dos prazos, cláusulas e execução;
- b) interrupção dos trabalhos por parte da CREDENCIADA, sem justa causa e prévia comunicação ao Município;
- c) não entrega recorrente injustificado dos produtos;
- d) a subcontratação total do seu objeto, a associação da CREDENCIADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas em Edital e no Contrato;
- e) não atendimento das determinações regulares emanadas da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução deste instrumento, assim como das de seus superiores;



**PREFEITURA DO
MUNICÍPIO DE BORACEIA**
CNPJ: 46.189.734/0001-61



- f) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil, bem como a dissolução da sociedade ou o falecimento do CREDENCIADO;
- g) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da pessoa jurídica, que prejudique a execução do contrato;
- h) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado a CREDENCIANTE;
- i) ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do Contrato;
- j) descontinuidade de cumprimento dos requisitos de habilitação previstos no instrumento convocatório

12. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, a licitante/Adjudicatária que, no decorrer da licitação:

12.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

12.1.2. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

12.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

12.1.5. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.6. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

12.1.8. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.9. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. A licitante/Adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- b) Impedimento de licitar e de contratar com o Município de Boraceia/SP, pelo prazo de até 02(dois) anos;

12.2.1. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

12.2.2. As multas serão recolhidas em favor do Município de Boraceia/SP, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, ou, quando for o caso, inscritas na Dívida Ativa e cobradas judicialmente.

12.3. As infrações e sanções relativas a atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no instrumento de formalização do ajuste.

12.4. Estará sujeita à pena de impedimento de licitar e contratar perante o Município de Boraceia/SP a licitante/adjudicatária que incorrer nas infrações definidas nos itens 12.1.1, 12.1.2, 12.1.3 e 12.1.4, deste Edital.

12.5. Estará sujeita à pena de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar a licitante/adjudicatária que incorrer nas infrações definidas nos itens 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7, 12.1.8 e 12.1.9, deste Edital.

12.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em Processo Administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto Título IV, Capítulo I, da Lei Federal nº 14.133/21.

12.7. A Autoridade Competente, na aplicação das sanções, levará em consideração:



**PREFEITURA DO
MUNICÍPIO DE BORACEIA**
CNPJ: 46.189.734/0001-61



- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

13.1. Dos atos da Administração Pública referentes ao indeferimento dos pedidos de credenciamento e demais procedimentos previstos neste Edital caberão recursos administrativos na forma e nos prazos previstos nos art. 164 e 165 da Lei 14.133/21.

13.1.1. O recurso administrativo será formalizado em processo administrativo, observado o devido processo legal.

13.2. Os recursos deverão ser protocolados no Setor de Licitação e Contratos da Prefeitura de Boraceia, localizada a Praça Eugênio Burjato, nº 93 Centro, Boraceia-SP, CEP: 17.270-010.

14. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E PEDIDOS DE INFORMAÇÕES

14.1. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o presente edital até 5 (cinco) dias úteis após a data da publicação do Aviso de Chamamento Público no Diário Oficial do Município.

14.2. Os pedidos de impugnação e demais esclarecimentos e informações deverão ser protocolados no Setor de Licitação e Contratos da Prefeitura de Boraceia, localizada a Praça Eugênio Burjato, nº 93 Centro, Boraceia-SP, CEP: 17.270-010, ou por correio eletrônico: licitacao@boraceia.p.gov.br.

14.3. Caberá ao Agente de Contratação julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis.

15. DA REVOGAÇÃO

15.1. A CREDENCIANTE poderá revogar a contratação direta por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

15.1.1. A revogação será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. A qualquer tempo a CREDENCIANTE, assistida ou não por terceiros contratados para tal fim, poderá realizar inspeção nas instalações das CREDENCIADAS para verificação das condições de atendimento, higiene, equipamentos e capacidade técnico operativa.

16.1.1. A qualquer tempo a CREDENCIANTE, assistida ou não por terceiros contratados para tal fim, poderá realizar visitas de auditoria concorrente para acompanhamento dos serviços prestados.

16.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do interessado, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

16.3. É facultada à autoridade competente, em qualquer fase do procedimento, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, inclusive com a fixação de prazo de resposta.

16.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

16.5. Na ocorrência de fatos que não estejam contemplados neste Edital, a Administração observará as regras gerais previstas na Lei nº 14.133/2021 ou em instruções e deliberações expedidas pelos Tribunais de Contas da União e do Estado de São Paulo.



**PREFEITURA DO
MUNICÍPIO DE BORACEIA**
CNPJ: 46.189.734/0001-61



16.6. As dúvidas referentes ao Edital poderão ser formuladas ao Setor de Licitação e Contratos e encaminhadas para endereço eletrônico licitacao@boraceia.sp.gov.br ou através do telefone (14) 3291-9100,

17. DO FORO

17.1. Para dirimir controvérsia decorrente deste Edital, o Foro competente é o da Comarca de Pederneiras, excluindo qualquer outro.

Boraceia, 19 de abril de 2024.

VALDIR DE SOUZA MELO
Prefeito Municipal



**PREFEITURA DO
MUNICÍPIO DE BORACEIA**
CNPJ: 46.189.734/0001-61



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação Direta processada por Inexigibilidade de Licitação, por meio de Edital de Chamamento Público para Credenciamento de interessados em fornecer lanches diversos e refeições do tipo *seff-service* e marmita (pequena, média e grande), todos acompanhados com refrigerante em lata 350ml, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

<i>Item</i>	<i>DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO</i>	<i>UNIDADE</i>	<i>QUNTIDADE ESTIMADA</i>	<i>VALOR UNITÁRIO ESTIMADO</i>
1	Refeição tipo <i>self-service</i>: conforme cardápio do dia, devendo conter no mínimo arroz branco, feijão, 1 tipo de massa, 6 tipos de salada, 3 tipos de carnes podendo uma dessas carnes ser linguíça, 1 refogado e 2 sobremesas, com fornecimento de 1 refrigerante em lata contendo 350 ml. Obs: os alimentos deverão estar mantidos em guarnições, no balcão aquecido.	Unidade	1270	R\$ 45,67
2	Marmitex Grande: 1 tipo de arroz, 1 tipo de feijão, 1 tipo de massa, 2 tipos de carnes podendo uma dessas carnes ser linguíça, 1 refogado e farofa, com fornecimento de 1 refrigerante em lata contendo 350 ml.	Unidade	1880	R\$ 32,50
3	Marmitex Média: 1 tipo de arroz, 1 tipo de feijão, 1 tipo de massa, 2 tipos de carnes podendo uma dessas carnes ser linguíça, 1 refogado e farofa, com fornecimento de 1 refrigerante em lata contendo 350 ml.	Unidade	1600	R\$ 29,80
4	Marmitex Pequena: 1 tipo de arroz, 1 tipo de feijão, 1 tipo de massa, 2 tipos de carnes podendo uma dessas carnes ser linguíça, 1 refogado e farofa, com fornecimento de 1 refrigerante em lata contendo 350 ml.	Unidade	720	R\$ 26,67
5	Lanche X-Salada: no pão francês ou pão de hambúrguer, contendo no mínimo 1 hambúrguer de 90g, 1 fatia de presunto, 1 fatia de queijo muçarela, alface, cebola, tomate, mostarda, maionese e <i>ketchup</i> , com fornecimento de 1 refrigerante em lata contendo 350 ml.	Unidade	1360	R\$ 24,73
6	Lanche X-Burguer: no pão francês ou pão de hambúrguer, contendo no mínimo 1 hambúrguer de 90g, 1 fatia de queijo muçarela, alface, cebola, tomate, mostarda, maionese e <i>ketchup</i> , com fornecimento de 1 refrigerante em lata contendo 350 ml.	Unidade	1750	R\$ 24,13
7	Lanche X-Frango: no pão francês ou pão de hambúrguer, contendo no mínimo 1 filé de frango de 90g, 1 fatia de presunto, 1 fatia de queijo muçarela, alface, cebola, tomate, mostarda, maionese e <i>ketchup</i> , com fornecimento de 1 refrigerante em lata contendo 350 ml.	Unidade	930	R\$ 28,98
8	Lanche X-Egg: no pão francês ou pão de hambúrguer, contendo no mínimo 1 hambúrguer de 90g, 1 ovo, 1 fatia de presunto, 1 fatia de queijo muçarela, alface, cebola, tomate, mostarda, maionese e <i>ketchup</i> , com fornecimento de 1 refrigerante em lata contendo 350 ml.	Unidade	730	R\$ 28,23



**PREFEITURA DO
MUNICÍPIO DE BORACEIA**
CNPJ: 46.189.734/0001-61



<i>Item</i>	<i>DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO</i>	<i>UNIDADE</i>	<i>QUNTIDADE ESTIMADA</i>	<i>VALOR UNITÁRIO ESTIMADO</i>
9	Lanche Americano: no pão francês ou pão de hambúrguer, contendo no mínimo carne tipo contra filé de 150g, 1 ovo, 1 fatia de presunto, 1 fatia de queijo muçarela, bacon, alface, cebola, tomate, mostarda, maionese e <i>ketchup</i> , com fornecimento de 1 refrigerante em lata contendo 350 ml.	Unidade	1350	R\$ 37,88
10	Lanche Bauru: no pão francês ou pão de hambúrguer, contendo no mínimo 1 rosbife 90g, 1 fatia de presunto, 1 fatia de queijo muçarela, alface, cebola, tomate, mostarda, maionese e <i>ketchup</i> , com fornecimento de 1 refrigerante em lata contendo 350 ml.	Unidade	1080	R\$ 36,48

1.2. O valor unitário corresponde ao valor máximo que a administração pretende desembolsar para a presente contratação.

1.3. O quantitativo de cada item a ser contratado por fornecedor dependerá do número de credenciados, pois será feita a distribuição equitativa, no limite do valor máximo a ser contratado.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 2021.

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) emissão do empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021, após a publicação do Termo de Adesão.

1.6. O custo estimado total da contratação é de R\$ 399.896,67 (trezentos e noventa e nove mil oitocentos e noventa e seis reais e sessenta e sete centavos).

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

4.1.1. Executar o preparo de todos os itens licitados em estabelecimento localizado no município de Boraceia.

4.1.1.1. A prefeitura realizará a mais ampla fiscalização, através da vigilância sanitária, no que diz respeito à limpeza, higiene, segurança, fornecendo por sua conta, para seus funcionários, todos os materiais necessários, como luvas, toucas, e demais itens que se fizerem necessários para a execução do objeto ora contratado.

4.1.2. A contratada deverá realizar a entrega dos lanches/refeições nos locais e horários informados na requisição.



**PREFEITURA DO
MUNICÍPIO DE BORACEIA**
CNPJ: 46.189.734/0001-61



4.1.2.1. Salvo item nº 1 que deverá manter os alimentos em guarnições, no balcão aquecido, bem como ter disponibilidade de espaço para recepcionar a quantidade de pessoas conforme requisição.

4.1.3. Somente serão aceitos alimentos fornecidos deverão ser produzidos no dia, não podendo ser novamente aquecido.

4.1.4. As embalagens onde serão acondicionados os produtos a ser entregue deverão cumprir os critérios de higiene.

4.1.5. A contratada deverá estar atenta aos rodízios/cronograma de entrega e manter atualizado o contato do preposto perante o Município de Boraceia.

5. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

5.1. Os critérios de distribuição da demanda de que trata o item 9.1 deste Termo será o de rodízio, levando em consideração a igualdade de valor distribuído entre os credenciados em cada rodada do rodízio, sendo que a classificação inicial dos credenciados para início dos serviços será feita por meio de “sorteio” e os novos credenciados aderentes serão incluídos ao final da lista;

5.1.1. Em caso de novos credenciados no meio do processo, o critério de igualdade de valor (parcial) de fornecimento será considerado por (ciclo do) rodízio após o Contrato respectivo do fornecedor.

5.2. O prazo de entrega dos bens é imediato, mediante envio da requisição.

5.3. Os bens deverão ser entregues nos locais e horários informados na requisição.

5.3.1. Salvo item nº 1 que deverá manter os alimentos em guarnições, no balcão aquecido, bem como ter disponibilidade de espaço para recepcionar a quantidade de pessoas conforme requisição.

5.4. Somente serão aceitos alimentos fornecidos deverão ser produzidos no dia, não podendo ser novamente aquecido.

6. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

6.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos imediatamente, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.3. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

6.3.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do produto nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

6.5. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado ou boleto bancário.



**PREFEITURA DO
MUNICÍPIO DE BORACEIA**
CNPJ: 46.189.734/0001-61



6.6. Quando da emissão das correspondentes notas fiscais ou faturas, deverão observar o disposto no Decreto Municipal 40/2023 referente à Instrução Normativa RFB n.º 1.234/2012 alterada pela Instrução Normativa RFB n.º 2.145/2023.

6.6.1. Pessoas jurídicas imunes, isentas ou optantes pelo SIMPLES NACIONAL/MEI, não estão sujeitas à retenção de imposto de renda. Para isso, deverão comprovar com declaração tal condição.

6.7. Não haverá antecipação de pagamento para a execução do objeto deste ajuste, para efeito do artigo 145, da Lei nº 14.133/2021.

6.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365}$$

I = 0,00016438

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

7. ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL EXIGIDA E DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

7.1. Não haverá exigência da garantia contratual.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

8.3.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

8.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.



**PREFEITURA DO
MUNICÍPIO DE BORACEIA**
CNPJ: 46.189.734/0001-61



8.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

8.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

8.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

8.6.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato.

8.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.8. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.9. Após a assinatura do Contrato, o Município convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

8.10. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa quantos aos documentos:

8.10.1. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

8.11. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

8.11.1. Colher diariamente junto aos fiscais setoriais designados a ficha de avaliação qualitativa e proceder o cômputo dos dados consolidados para efetuar possíveis notificações, se for o caso.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR MEDIANTE CREDENCIAMENTO.

9.1. Pretende-se com o presente procedimento de Credenciamento a Contratação a contratação imediata e simultânea de todos os credenciados, observados os critérios objetivos de distribuição da demanda, nos termos do art. 79 da Lei 14.133/21 e de acordo com as jurisprudências.

9.2. As regras, formas e critérios de credenciamentos constam no Edital de Chamamento Público.

9.3. Os interessados em fornecedor serão contratados por meio da realização do procedimento de credenciamento, com fundamento na hipótese do inciso IV do art. 74 combinado com o art. 79 da Lei 14.133/21, que culminará com a seleção de todos os interessados que aceitarem fornecer os itens no preço máximo que a administração pretende pagar e que satisfaçam o interesse da Administração, a ser executado equitativamente pelo formato de rodízio conforme item 5 deste Termo.

9.4. As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Edital de Chamamento Público.



**PREFEITURA DO
MUNICÍPIO DE BORACEIA**
CNPJ: 46.189.734/0001-61



9.5. Tendo em vista a baixa complexidade da contratação do objeto pretendido não serão exigidos os critérios de habilitação técnica.

9.6. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de inexigibilidade de licitação, através de credenciamento, com fundamento na hipótese do art. 74, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

9.7. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação, e encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

9.8. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.9. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.10. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.11. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

9.11.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- b) Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e todas as alterações ou Contrato Social Consolidado, no caso de empresa Ltda., ou Estatuto, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores, ou Ato Constitutivo;

9.11.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- h) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- i) Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Tributos Federais;
- j) Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Tributos Estaduais;
- k) Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Tributos Municipais;
- l) Certidão de Regularidade de Situação CRF, do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço- FGTS;
- m) Prova de regularidade trabalhista através da apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituído pela Lei nº 12.440, de 07/07/2011;
- n) Licença Sanitária expedido pelo Município de Boraceia em plena validade e regularidade de situação.

9.11.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- c) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo Distribuidor da sede do proponente, com prazo de validade em vigor (inexistindo prazo de validade na referida certidão será aceita aquela cuja expedição/emissão não ultrapasse a 90 (noventa) dias da data de abertura dos envelopes de habilitação).



**PREFEITURA DO
MUNICÍPIO DE BORACEIA**
CNPJ: 46.189.734/0001-61



- d) Nas hipóteses em que a certidão de recuperação judicial ou extrajudicial encaminhada for positiva, deve a licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor

9.11.4. DECLARAÇÕES DA LICITANTE, ELABORADAS EM PAPEL TIMBRADO E SUBSCRITAS POR SEU REPRESENTANTE LEGAL, SENDO:

- i) declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no Edital do Pregão Eletrônico em epígrafe e seus anexos, estando ciente de todos os seus termos.
- j) declaração de que inexistente qualquer fato impeditivo à sua participação na licitação citada, que não foi declarada inidônea pela Administração Pública de qualquer esfera, e que se compromete a comunicar a ocorrência de fatos supervenientes.
- k) declaração de que está em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do Artigo 7º da Constituição Federal, e, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.
- l) declaração de que, em caso de eventual contratação com a Municipalidade, está apta a emitir Nota Fiscal Eletrônica (NF-e).
- m) declaração de que não possui em seu quadro de pessoal, na qualidade de sócio, diretor, gerente, administrador ou funcionário, servidores públicos municipais da Prefeitura de Boraceia/SP.
- n) declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- o) declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- p) Declaração para o caso de:
 - i.1) empresas em recuperação judicial: está ciente de que no momento do recebimento da Autorização de Fornecimento deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que a licitante está cumprindo o plano de recuperação judicial;
 - i.2) empresas em recuperação extrajudicial: está ciente de que no momento do recebimento da Autorização de Fornecimento deverá apresentar comprovação documental de que está cumprindo as obrigações do plano de recuperação extrajudicial.

9.12. Para efeito de habilitação o Pregoeiro também realizará consulta junto ao Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), mantido pela Controladoria Geral da União (CGU) através do Portal da Transparência e ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNIA), mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), sendo impressa declaração demonstrativa do licitante.



**PREFEITURA DO
MUNICÍPIO DE BORACEIA**
CNPJ: 46.189.734/0001-61



10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão de acordo com a unidade orçamentária apresentada pelo Setor Contábil.

Hellen da Silva Periçari
Nutricionista
CRN3-72221



**PREFEITURA DO
MUNICÍPIO DE BORACEIA**
CNPJ: 46.189.734/0001-61



ANEXO II

TABELA DE ROTATIVIDADE/REVEZAMENTO DO FORNECIMENTO

- I. O Município de Boraceia promoverá a distribuição dos fornecimentos dos produtos, seguindo-se a ordem de credenciamento dos estabelecimentos credenciados, assim organizados em resultado ao sorteio:

Tabela I

Item	Especificação	Credenciados
1		Empresa "A" Empresa "B" Empresa "C" Empresa "D" Empresa "E" (...)
2		Empresa "A" Empresa "B" Empresa "C" Empresa "D" Empresa "E" (...)
(...)	(...)	(...)
(...)	(...)	(...)

Tabela II - Rodízio [Exemplificativa]

Item 1 - Bolo pão de ló, em placas, simples (sem recheio e nem cobertura) 40x60cm.

Ordem	Credenciado
1	Empresa "A"
2	Empresa "B"
3	Empresa "C"
4	Empresa "D"
5	Empresa "E"

Tabela II [Exemplificativa]

Item 2 - Bolo doce recheado de diversos sabores.

Ordem	Credenciado
1	Empresa "A"
2	Empresa "B"
3	Empresa "C"

(...)

- II. A ordem do fornecimento será aplicada conforme as requisições e cronograma de entrega, e a classificação inicial das empresas interessadas será organizada pelo critério.
- III. O Município de Boraceia poderá, a qualquer tempo, ampliar a ordem de fornecedores, a depender da inclusão ou exclusão de estabelecimentos credenciados, que ocuparão o final da lista sempre que aderirem ao credenciamento.
- IV. A alteração no critério de rotatividade será previamente comunicada aos estabelecimentos credenciados e disponibilizada no sítio oficial da Administração.
- V. Situações emergenciais, revisão de consertos já feitos e atendimentos de oficinas credenciadas em razão de garantia, justificadamente, serão excepcionadas à ordem.



**PREFEITURA DO
MUNICÍPIO DE BORACEIA**
CNPJ: 46.189.734/0001-61



ANEXO III

MODELO DE CARTA PROPOSTA

(Utilizar papel timbrado e/ou logomarca da empresa)

Apresentação do proponente:

Razão Social:

CNPJ:

I.E.:

Endereço:

Cidade:

Estado:

e-mail:

Propõe os seguintes preços para seleção no credenciamento a que se pretende:

<i>Item</i>	<i>DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO</i>	<i>UNIDADE</i>	<i>VALOR UNITÁRIO</i>
1	Refeição tipo self-service: conforme cardápio do dia, devendo conter no mínimo arroz branco, feijão, 1 tipo de massa, 6 tipos de salada, 3 tipos de carnes podendo uma dessas carnes ser linguiça, 1 refogado e 2 sobremesas, com fornecimento de 1 refrigerante em lata contendo 350 ml. Obs: os alimentos deverão estar mantidos em guarnições, no balcão aquecido.	Unidade	R\$ 45,67
2	Marmitex Grande: 1 tipo de arroz, 1 tipo de feijão, 1 tipo de massa, 2 tipos de carnes podendo uma dessas carnes ser linguiça, 1 refogado e farofa, com fornecimento de 1 refrigerante em lata contendo 350 ml.	Unidade	R\$ 32,50
3	Marmitex Média: 1 tipo de arroz, 1 tipo de feijão, 1 tipo de massa, 2 tipos de carnes podendo uma dessas carnes ser linguiça, 1 refogado e farofa, com fornecimento de 1 refrigerante em lata contendo 350 ml.	Unidade	R\$ 29,80
4	Marmitex Pequena: 1 tipo de arroz, 1 tipo de feijão, 1 tipo de massa, 2 tipos de carnes podendo uma dessas carnes ser linguiça, 1 refogado e farofa, com fornecimento de 1 refrigerante em lata contendo 350 ml.	Unidade	R\$ 26,67
5	Lanche X-Salada: no pão francês ou pão de hambúrguer, contendo no mínimo 1 hambúrguer de 90g, 1 fatia de presunto, 1 fatia de queijo muçarela, alface, cebola, tomate, mostarda, maionese e <i>ketchup</i> , com fornecimento de 1 refrigerante em lata contendo 350 ml.	Unidade	R\$ 24,73
6	Lanche X-Burguer: no pão francês ou pão de hambúrguer, contendo no mínimo 1 hambúrguer de 90g, 1 fatia de queijo muçarela, alface, cebola, tomate, mostarda, maionese e <i>ketchup</i> , com fornecimento de 1 refrigerante em lata contendo 350 ml.	Unidade	R\$ 24,13
7	Lanche X-Frango: no pão francês ou pão de hambúrguer, contendo no mínimo 1 filé de frango de 90g, 1 fatia de presunto, 1 fatia de queijo muçarela, alface, cebola, tomate, mostarda, maionese e <i>ketchup</i> , com fornecimento de 1 refrigerante em lata contendo 350 ml.	Unidade	R\$ 28,98
8	Lanche X-Egg: no pão francês ou pão de hambúrguer, contendo no mínimo 1 hambúrguer de 90g, 1 ovo, 1 fatia de presunto, 1 fatia de queijo muçarela, alface, cebola, tomate, mostarda, maionese e <i>ketchup</i> , com fornecimento de 1 refrigerante em lata contendo 350 ml.	Unidade	R\$ 28,23



**PREFEITURA DO
MUNICÍPIO DE BORACEIA**
CNPJ: 46.189.734/0001-61



Item	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO
9	Lanche Americano: no pão francês ou pão de hambúrguer, contendo no mínimo carne tipo contra filé de 150g, 1 ovo, 1 fatia de presunto, 1 fatia de queijo muçarela, bacon, alface, cebola, tomate, mostarda, maionese e <i>ketchup</i> , com fornecimento de 1 refrigerante em lata contendo 350 ml.	Unidade	R\$ 37,88
10	Lanche Bauru: no pão francês ou pão de hambúrguer, contendo no mínimo 1 rosbife 90g, 1 fatia de presunto, 1 fatia de queijo muçarela, alface, cebola, tomate, mostarda, maionese e <i>ketchup</i> , com fornecimento de 1 refrigerante em lata contendo 350 ml.	Unidade	R\$ 36,48

DECLARO:

- que os produtos constantes desta proposta comercial ofertada atendem fielmente as Especificações Técnicas constantes do Termo de Referência – Anexo I do respectivo Edital.
- Nos valores propostos acima, estão inclusos todos e quaisquer encargos inerentes ao fornecimento do objeto desta proposta, tais como: tributos, taxas, transportes, carregamento, descarregamento, encargos sociais, trabalhistas, frete, seguro, e outros que, direta e indiretamente, incidam sobre o perfeito e integral cumprimento da proposta apresentada.
- PRAZO DE VALIDADE DESTA PROPOSTA: 120 (cento e vinte) dias contados a partir da data da apresentação desta proposta, sendo considerado prorrogado automaticamente este prazo, por iguais e sucessivos períodos até o término do processamento da respectiva contratação direta.

Dados bancários:

Banco:

Agencia:

Conta corrente:

PIX (se for o caso):

Local, de de 20__.

(Nome completo, CPF e assinatura do Representante Legal)

Obs: não há necessidade de proposta para todos os itens, apenas para aqueles aos quais tenha interesse.



**PREFEITURA DO
MUNICÍPIO DE BORACEIA**
CNPJ: 46.189.734/0001-61



ANEXO IV

DECLARAÇÕES

A empresa _____ (denominação da pessoa jurídica), CNPJ nº _____, neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, **DECLARA**, sob as penas da Lei, para fins de participação no processo administrativo em pauta, que:

CUMPRE plenamente os requisitos de habilitação exigidos no Edital de **Chamamento Público nº2/2024** e seus anexos, estando ciente de todos os seus termos.

INEXISTE qualquer fato impeditivo à sua participação na licitação citada, que não foi declarada inidônea pela Administração Pública de qualquer esfera, e que se compromete a comunicar a ocorrência de fatos supervenientes;

ESTÁ EM SITUAÇÃO REGULAR perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do Artigo 7º da Constituição Federal, e, para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei n.º 14.133, de 01 de abril de 2021, acrescido pela Lei n. 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

Em caso de eventual contratação com a Municipalidade, **ESTÁ APTA** a emitir Nota Fiscal Eletrônica (NF-e),

NÃO POSSUI EM SEU QUADRO DE PESSOAL na qualidade de sócio, diretor, gerente, administrador ou funcionário, servidores públicos municipais da **Prefeitura de Boraceia/SP**.

CUMPRE as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

SUAS PROPOSTAS ECONÔMICAS COMPREENDEM a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Por ser verdade assina a presente.

Local, de de 2024

Assinatura do representante legal

OBS: O documento deve ser redigido e papel timbrado



**PREFEITURA DO
MUNICÍPIO DE BORACEIA**
CNPJ: 46.189.734/0001-61



ANEXO V

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº ____/2024

INEXIGIBILIDADE Nº 6/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 234/2024
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 2/2024

Pelo presente instrumento, de um lado o **MUNICÍPIO DE BORACEIA**, inscrito no CNPJ/MF sob nº 46.189.734/0001-61 com sede na Praça Eugenio Burjato, nº 93, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, **VALDIR DE SOUZA MELO**, portador do RG nº. e inscrito no CPF nº. , doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa, inscrita no CNPJ/MF sob nº., sediada na, representada por seu representante legal (qualificação completa, RG e CPF), doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, com fundamento no Título III, Capítulos I, V, VI e XII da Lei Federal nº. 14.133/2021 e Decretos Municipais, têm entre si como justo e contratado o objeto do presente instrumento que regerá pelas disposições do edital e seus anexos, da proposta de preços e das cláusulas e condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. A CONTRATADA, credenciada perante à CONTRATANTE, nos termos do Edital de Chamamento Público nº 2/2024, fornecerá os seguintes lanches diversos e refeições do tipo *self-service* e marmita (pequena, média e grande), todos acompanhados com refrigerante em lata 350ml:

Item	Especificação	Unidade	Valor unitário

1.2. A CONTRATADA sustenta a **ORDEM DE PREFERÊNCIA Nº ____**, diante do credenciamento realizado, para efeitos das Tabelas I e II, do Anexo II, do Edital de Chamamento Público nº 2/2024.

1.2.1. A ordem de preferência poderá ser alterada no caso de exclusão de empresas credenciadas com ordens antecedentes.

1.3. O fornecimento dos produtos observará as regras definidas no Anexo I – Termo de Referência do Edital de Chamamento Público nº 2/2024.

1.4. A CONTRATADA declara conhecer o procedimento de rotatividade definido pela CONTRATANTE, conforme previsto no Anexo II, do Edital de Chamamento Público nº 2/2024.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA SUBCONTRATAÇÃO

2.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

3.1. A CONTRATADA será convocada para, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, assinar o contrato com o Município de Boraceia.

3.1.1. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado, a critério da Administração, mediante solicitação e justificativa da empresa credenciada.



**PREFEITURA DO
MUNICÍPIO DE BORACEIA**
CNPJ: 46.189.734/0001-61



3.1.2. A recusa injustificada do contrato imputará à CONTRATADA as sanções administrativas previstas neste instrumento.

3.2. Para o fornecimento, o contrato deverá estar devidamente assinado e publicado, nos termos legais, mediante autorização de fornecimento específico a critério da Administração, conforme constante no presente edital.

3.3. O preparo de todos os itens licitados em estabelecimento localizado no município de Boraceia.

3.3.1. A prefeitura realizará a mais ampla fiscalização, através da vigilância sanitária, no que diz respeito à limpeza, higiene, segurança, fornecendo por sua conta, para seus funcionários, todos os materiais necessários, como luvas, toucas, e demais itens que se fizerem necessários para a execução do objeto ora contratado.

3.4. A contratada deverá realizar a entrega dos lances/refeições nos locais e horários informados na requisição.

3.4.1. Salvo item nº 1 que deverá manter os alimentos em guarnições, no balcão aquecido, bem como ter disponibilidade de espaço para recepcionar a quantidade de pessoas conforme requisição.

3.5. Somente serão aceitos alimentos fornecidos deverão ser produzidos no dia, não podendo ser novamente aquecido.

3.6. As embalagens onde serão acondicionados os produtos a ser entregue deverão cumprir os critérios de higiene.

3.7. A contratada deverá estar atenta aos rodízios/cronograma de entrega e manter atualizado o contato do preposto perante o Município de Boraceia

4. CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE CONTRATAÇÃO

4.1. O presente contrato terá validade por 12 (doze) meses, tendo sua vigência a partir de sua assinatura.

4.2. O contrato poderá ser prorrogado sucessivamente, observando-se a regra prevista no artigo 107, da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que as condições e os preços permaneçam vantajosos para a Administração, permitida a negociação com os estabelecimentos credenciados ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO FORNECIMENTO

5.1. A contratada deverá realizar a entrega dos lances/refeições nos locais e horários informados na requisição.

5.1.1. Salvo item nº 1 que deverá manter os alimentos em guarnições, no balcão aquecido, bem como ter disponibilidade de espaço para recepcionar a quantidade de pessoas conforme requisição. Somente serão aceitos produtos com data de fabricação de no máximo 24h, incluindo as entregas nos finais de semana e feriados.

5.2. As embalagens onde serão acondicionados os produtos a ser entregue deverão cumprir os critérios de higiene.

5.3. Deverá haver rigor em relação ao horário da entrega.

5.4. A contratada deverá estar atenta aos rodízios/cronograma de entrega e manter atualizado o contato do preposto perante o Município de Boraceia.

6. CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

6.1. São obrigações da CREDENCIADA:

6.1.1. Preparar todos os itens licitados em estabelecimento localizado no município de Boraceia.

6.1.2. Efetuar as entregas de acordo com o Anexo I – Termo de Referência.

6.1.3. Comunicar à administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;



**PREFEITURA DO
MUNICÍPIO DE BORACEIA**
CNPJ: 46.189.734/0001-61



6.1.4. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital;

6.1.5. Não transferir a terceiros (subcontratar), por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas;

6.1.6. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

6.1.7. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;

6.1.8. A CREDENCIADA é expressamente proibida de sub credenciar totalmente o fornecimento sob pena de rescisão do instrumento, sem que tenha direito à indenização de qualquer espécie, independentemente de ação, notificação e interpelação judicial ou extrajudicial.

6.2. São obrigações do MUNICÍPIO:

6.2.1. Fiscalizar através da vigilância sanitária, no que diz respeito à limpeza, higiene, segurança, fornecendo por sua conta, para seus funcionários, todos os materiais necessários, como luvas, toucas, e demais itens que se fizerem necessários para a execução do objeto ora contratado;

6.2.2. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada, através de servidor especialmente designado;

6.2.3. Efetuar o pagamento no prazo previsto.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos imediatamente, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.3.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do produto nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.5. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado ou boleto bancário.

7.6. Quando da emissão das correspondentes notas fiscais ou faturas, deverão observar o disposto no Decreto Municipal 40/2023 referente à Instrução Normativa RFB n.º 1.234/2012 alterada pela Instrução Normativa RFB n.º 2.145/2023.

7.6.1. Pessoas jurídicas imunes, isentas ou optantes pelo SIMPLES NACIONAL/MEI, não estão sujeitas à retenção de imposto de renda. Para isso, deverão comprovar com declaração tal condição.

7.7. Não haverá antecipação de pagamento para a execução do objeto deste ajuste, para efeito do artigo 145, da Lei nº 14.133/2021.

7.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:



**PREFEITURA DO
MUNICÍPIO DE BORACEIA**
CNPJ: 46.189.734/0001-61



EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)

$$I = \frac{(6/100)}{365}$$

I = 0,00016438

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

8. CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos conforme Declaração de Disponibilidade de Recursos.

9. CLÁUSULA NONA – DOS VALORES E DOS REALINHAMENTOS

9.1. A fim de se assegurar que os valores praticados continuem compatíveis com a realidade do mercado, será realizada atualização anual dos preços pela Administração por meio de nova pesquisa de mercado local, que justificará a manutenção, majoração ou redução dos valores dos produtos pretendidos.

9.2. Os valores anualmente revistos deverão ser publicados em Diário Oficial do Município, ainda que não haja alteração dos parâmetros financeiros.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

10.1. É facultativo ao CREDENCIADO, a qualquer tempo, solicitar unilateralmente seu descredenciamento.

10.1.1. O descredenciamento previsto no item 10.1 deverá ser precedido de comunicação formal com antecedência mínima de trinta dias.

10.2. A Administração Pública Federal poderá promover o descredenciamento unilateral. São hipóteses que podem ensejar o descredenciamento:

- k) não cumprimento ou cumprimento irregular dos prazos, cláusulas e execução;
- l) interrupção dos trabalhos por parte da CREDENCIADA, sem justa causa e prévia comunicação ao Município;
- m) não entrega recorrente injustificado dos produtos;
- n) a subcontratação total do seu objeto, a associação da CREDENCIADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas em Edital e no Contrato;
- o) não atendimento das determinações regulares emanadas da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução deste instrumento, assim como das de seus superiores;
- p) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil, bem como a dissolução da sociedade ou o falecimento do CREDENCIADO;
- q) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da pessoa jurídica, que prejudique a execução do contrato;
- r) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado a CREDENCIANTE;
- s) ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do Contrato;
- t) descontinuidade de cumprimento dos requisitos de habilitação previstos no instrumento convocatório



**PREFEITURA DO
MUNICÍPIO DE BORACEIA**
CNPJ: 46.189.734/0001-61



11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, a licitante/Adjudicatária que, no decorrer da licitação:

11.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

11.1.2. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

11.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

11.1.5. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

11.1.6. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.8. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.1.9. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. A licitante/Adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

b) Impedimento de licitar e de contratar com o Município de Boraceia/SP, pelo prazo de até 02(dois) anos;

11.2.1. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

11.2.2. As multas serão recolhidas em favor do Município de Boraceia/SP, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, ou, quando for o caso, inscritas na Dívida Ativa e cobradas judicialmente.

11.3. As infrações e sanções relativas a atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no instrumento de formalização do ajuste.

11.4. Estará sujeita à pena de impedimento de licitar e contratar perante o Município de Boraceia/SP a licitante/adjudicatária que incorrer nas infrações definidas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, deste contrato.

11.5. Estará sujeita à pena de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar a licitante/adjudicatária que incorrer nas infrações definidas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, deste contrato.

11.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em Processo Administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto Título IV, Capítulo I, da Lei Federal nº 14.133/21.

11.7. A Autoridade Competente, na aplicação das sanções, levará em consideração:

f) a natureza e a gravidade da infração cometida;

g) as peculiaridades do caso concreto;

h) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

i) os danos que dela provierem para a Administração Pública;

j) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Na ocorrência de fatos que não estejam contemplados neste Contrato e no Edital de Credenciamento, a



**PREFEITURA DO
MUNICÍPIO DE BORACEIA**
CNPJ: 46.189.734/0001-61



Administração observará as regras gerais previstas na Lei nº 14.133/2021 ou em instruções e deliberações expedidas pelos Tribunais de Contas da União e do Estado de São Paulo.

12.2. Os interessados poderão obter maiores informações perante o Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Boraceia, de segunda a sexta-feira, à Eugenio Burjato, nº 93, Centro, das 8h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00, pelo sítio eletrônico www.boraceia.sp.gov.br ou pelo e-mail licitacao@boraceia.sp.gov.br.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1. É eleito o Foro da Comarca de Pederneiras para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

Boraceia, de de 202__

**MUNICÍPIO DE BORACEIA
VALDIR DE SOUZA MELO
PREFEITO MUNICIPAL**

Contratante:

Testemunhas:



**PREFEITURA DO
MUNICÍPIO DE BORACEIA**
CNPJ: 46.189.734/0001-61



ANEXO VI

TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO DO TCE-SP

CONTRATANTE: Município de Boraceia

CONTRATADA:

CONTRATO N° (de origem): __/202__ ;

OBJETO:

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a. O ajuste acima referido estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b. Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c. Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d. Qualquer alteração de endereço – residencial ou eletrônico – ou telefones de contato deverá ser comunicada pelo interessado, peticionando no processo.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a. O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b. Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Boraceia, de de 2024

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE/:

Pela CONTRATANTE:



**PREFEITURA DO
MUNICÍPIO DE BORACEIA**
CNPJ: 46.189.734/0001-61



Nome:
Cargo:
CPF:
E-mail institucional:

Assinatura: _____

Pela CONTRATADA:

Nome:
Cargo:
CPF:
E-mail institucional:

Assinatura: _____